



# Arquivos e bibliotecas da vinha e do vinho no Douro:

aplicação teórico-prática de um  
modelo científico e sistémico

Armando Malheiro da Silva

## 1. Alguns pretextos, um objectivo

A realização, entre 14 e 17 de Outubro de 2004, nas cidades do Porto, Vila Real, São João da Pesqueira e Peso da Régua, do II Encontro Internacional – História da Vinha e do Vinho no Vale do Douro, organizado pelo Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto (GEHVID) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, foi, sem dúvida, o pretexto básico para a ideia desta comunicação.

Uma ideia suscitada, há algum tempo, pela luxuosa e avantajada edição de *O Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro: Real Companhia Velha*<sup>1</sup>, em volume de quatrocentas e oitenta páginas, capa dura e cobertura em papel com a sugestiva imagem do ângulo de uma adega. Esta monumental edição foi o segundo pretexto fornecido pelo Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que proporcionaria o terceiro pretexto através do nº 9, ano de 2002, da respectiva revista *População e Sociedade*<sup>2</sup>. Nesse número aparecem as actas do Seminário *Os Arquivos do Vinho em Gaia e Porto* com um punhado de trabalhos que incitaram

<sup>1</sup> SOUSA, Fernando de - *O Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro: Real Companhia Velha*. Colaboração Arquivo Distrital do Porto, Bruno Morais, Francisco Almas, Francisco Vieira, Joana Dias, Margarida Carvalho Dias, Margarida Santos, Margarida Vasconcelos, Maria Beatriz Fernandes, Maria Elvira Castanheira, Paula Barros, Paula Amorim, Paulo Lima, Ricardo Rocha, Rosa Cristina Cadima. Porto: CEPESE, 2003.

<sup>2</sup> Seminário Os Arquivos do Vinho em Gaia e Porto. *População e Sociedade*. Porto, 6 (2002). ISSN 0873-1861. p. 5-148.

à análise crítica e à reflexão. Um terceiro pretexto surgiu sob a forma de oferta do *Inventário do Arquivo do Instituto do Vinho do Porto (1933-1974)* organizado por Paula Monte Leal<sup>3</sup>. O quarto pretexto, convertido com o tempo em estímulo significativo, nasceu por intermédio do envolvimento, como coordenador científico desde Outubro de 2002, no Projecto de tratamento e digitalização do Arquivo da Fundação da Casa de Mateus (Vila Real)<sup>4</sup>, tendo sido possível aplicar um modelo sistémico para informação activa e permanente (SIAP), válido, em tese, para qualquer tipo de entidade, instituição ou organização - neste caso a aplicação incidiu numa Família nobiliárquica implantada há séculos na região duriense. E um quinto e último pretexto inscreveu-se na ausência do complemento biblioteconómico e bibliográfico - catálogos das Bibliotecas e/ou bibliografias concernentes às instituições durienses possuidoras de Arquivo.

Um feixe de pretextos avulsos para a elaboração de um estudo que se pretendia fosse algo mais que uma mera recensão. E não podendo ser um levantamento exaustivo de todas as entidades relacionadas com a viti e vinicultura durienses, o objectivo a fixar só podia ser o que agora se concretiza: um exercício reflexivo e pedagógico de estudo teórico e aplicado a toda a documentação/informação sobre a temática e a zona geográfica em apreço que venha a ser encontrada, conservada, analisada e disponibilizada para consulta e (re)produção em imprevistas e múltiplas direcções.

Parte-se do que se conhece feito para uma proposta de modelo aplicável e capaz de estimular os profissionais da informação portugueses a repensar ensinamentos, experiências e rotinas, a alargar horizontes teórico-práticos.

Objectivo subliminar ambicioso? Sim, mas, na transição de paradigma que atravessamos por força do complexo e transversal do impacto da Sociedade da Informação a todos os sectores de actividade humana e social, o objectivo é inevitável e tem de ser prosseguido.

---

<sup>3</sup> LEAL, Paula Montes (org.) – *Inventário do arquivo do Instituto do Vinho do Porto: 1933-1974. Coordenação técnica Arquivo Distrital do Porto - Silvestre Lacerda*. Peso da Régua: Museu do Douro, 2003. ISBN 972-98878-5-3.

<sup>4</sup> Projecto apoiado e financiado pelo Plano Operacional da Cultura (POC) do Ministério da Cultura entre 2001 e 2005.



## 2. A matriz teórico-metodológica do modelo<sup>5</sup>

O projecto do Arquivo da Fundação de Mateus, em fase de publicação do catálogo (volumes 1 e 2), constitui um exemplo concreto da concepção alternativa ao paradigma custodial, patrimonialista, historicista, estático e tecnicista<sup>6</sup> que enforma a generalidade dos estudos e dos instrumentos de pesquisa feitos por arquivistas e bibliotecários em Portugal e em outros países. Um exemplo, simultaneamente, da concepção epistemológica que projecta a existência de uma Ciência da Informação reformulada a partir de um núcleo identitário transdisciplinar (integra a Arquivística, a Biblioteconomia, a Documentação, os Sistemas Tecnológicos de Informação e Organização e Métodos), servindo de contraponto necessário a uma intrínseca interdisciplinaridade, e do modelo SIAP que está a ser fixado nos seus fundamentos teórico-práticos<sup>7</sup> e sujeito a um processo exigente de validação experimental<sup>8</sup>.

<sup>5</sup> Usa-se, com adaptações, a oportuna e útil síntese elaborada por RIBEIRO, Fernanda – Os instrumentos de acesso à informação das instituições monásticas beneditinas: uma abordagem crítica. In [Livro de homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias (Frei Geraldo)], em fase de edição]. Síntese de uma proposta epistemológica cujo texto seminal é SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das “ciências” documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento, 2002. ISBN 972-36-0622-4.

<sup>6</sup> Postula-se a existência de dois paradigmas em confronto – um ainda dominante e caracterizado como custodial, patrimonialista, historicista, estático e tecnicista e outro, emergente, que é pós-custodial, dinâmico, informacional e científico. Ver SILVA, Armando Malheiro da - Informação, cultura e património: uma abordagem exploratória feita no campo emergente da ciência da informação. In JORGE, Victor Oliveira (coord.) – *Conservar o quê?: 8ª mesa-redonda de primavera realizada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto nos dias 26 e 27 de Março de 2004*. Porto-Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade do Porto/Departamento de Ciências e Técnicas do Património; Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2005. ISBN 972-9350-87-6. p. 33-36.

<sup>7</sup> Ver SILVA, Armando Malheiro da – Abordagem aos arquivos familiares e pessoais como sistemas de informação. *Arquivo&Administração: publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros*. Rio de Janeiro, 3, 1/2 (Jan.-Dez. 2004). p. 22-50; e Idem – Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Ciências e Técnicas do Património*. Porto, 3 (2004). ISSN 1645-4936. p. 55-84. Ver ainda PINTO, Manuela Azevedo; SILVA, Armando Malheiro da - Um modelo sistémico e integral de gestão da informação nas organizações. In *Resumo dos trabalhos do 2º CONTECI 2005* [realizado de 1 a 3 de Junho de 2005, USP-São Paulo]. São Paulo: TECSI/EAC/FEA-USP, 2005 [formato pdf em compact disk-cd]. Trata-se de uma versão inicial do Modelo a incluir de forma completa e madura no volume 2 em elaboração de SILVA, Armando Malheiro da et al. – *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*, vol. 1. Porto: Edições Afrontamento, 1998. ISBN 972-36-0483-3

<sup>8</sup> A estratégia adoptada consiste na aplicação e teste do Modelo através de *case study* que vão surgindo pontualmente. Merece, aliás, destaque o Instituto Arquitecto José Marques da Silva (IMS) da

Antes de expormos no final desta comunicação as orientações práticas do modelo SIAP aplicável a todo e qualquer tipo de entidade ligada à cultura da vinha e à produção de vinho no Douro, impõe-se, aqui, a sinopse das linhas de força de uma abordagem científica holística e aberta à complexidade dos fenómenos humanos e sociais como o binómio informação-comunicação, do qual o documento mais não é do que uma emanação materializada.

Ao enfatizarmos a informação<sup>9</sup> instaura-se um olhar completamente diferente do que até agora tem sido lançado ao documento, visto, assim, como uma unidade física que se classifica, se descreve e se arruma, atribuindo-se-lhe uma cota para posterior localização. Perceber a informação implica, antes de mais, conhecer o seu contexto de produção, o que é algo anterior ao seu registo material num suporte físico. E implica também conhecer o uso que foi ou é dado a essa informação, ou seja, quem são os seus utilizadores, com que fim a usam, como a pesquisam, com que frequência, etc.

Implicações que explicam o imperativo de uma revisão conceptual que acentua, desde logo, a polissemia dos termos arquivo e biblioteca: ambos designam instituições ou serviços criados para incorporar, respectivamente, a documentação oriunda de entidades públicas e privadas e a produção editorial nacional e estrangeira; designam os edifícios adaptados ou criados de raiz para esse fim incorporacionista e acesso/consulta, mas designam também a “matéria” incorporada que é “fundo” uma vez no Arquivo e “coleção” na Biblioteca. Estas duas noções operatórias oito-

---

Universidade do Porto, que *abriga em arquivo o espólio destes três arquitectos portuenses, composto por cerca de 3000 documentos escritos, 10.000 peças desenhadas, centenas de fotografias e cerca de 100 maquetes em gesso, algumas de grande dimensão. O fundo documental do IMS encontra-se em fase de tratamento arquivístico, prevendo-se que, em breve, possa ser disponibilizado à comunidade científica para a consulta. O IMS possui, ainda, a biblioteca técnica do Arq. Marques da Silva e a sua pequena, mas interessante, coleção de pintura, com perto de meia centena de quadros (onde se contam nomes como Aurélia de Sousa, Marques de Oliveira, António Carneiro, Acácio Lino e Alvarez, entre outros)* (Cf. Instituto Arquitecto José Marques da Silva: *textos de António Cardoso; Mário Barroca*. Porto: Instituto Arquitecto José Marques da Silva/Universidade do Porto, s.d.).

<sup>9</sup> Importa lembrar, aqui, uma vez mais a que é que chamamos informação: *conjunto estruturado de representações mentais codificadas socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multi-direccionada* (Cf. SILVA, Armando Malheiro da – *Abordagem aos arquivos familiares e pessoais como sistemas de informação*, art. cit., p. 23). Não sendo simétrica do processo comunicacional, potencia-o naturalmente. Esta ideia essencial inspira-se directamente num comentário sugestivo e equívocado: *Dès lors, les rapports entre information et communication sont asymétriques* (Cf. DACHEUX, Éric – *L’Impossible défi: la politique de communication de l’union européenne* Paris: CNRS Editions, 2004. ISBN 2-271-06208-X. p. 21).



cientistas não resistem, porém, a uma análise conceptual minimamente exigente e daí a necessidade de encontrar noções alternativas dentro de um dispositivo epistemológico mais ambicioso e consistente. O dispositivo que vimos burilando dá prioridade à “matéria” incorporada e consultada ou acessível através da noção rica e flexível de sistema de informação, que ao ser usada obriga a definir com rigor os limites da estrutura desse sistema, as suas relações com outros elementos do mesmo universo sistémico, a determinar a existência (ou não) de subsistemas e, concomitantemente, a identificar as funções desempenhadas pelas diversas componentes do sistema.

O mesmo dispositivo dá sustentação a um processo investigativo que visa conhecer e representar, com rigor, a realidade informacional em análise, alterando-se, desta forma, o papel do sujeito (cientista da informação), que passa a estar motivado pela compreensão e pela explicação, sem as quais não faz sentido a intervenção (os procedimentos técnicos de classificação, ordenação, descrição, arrumação física...). Assim, o arquivista e até o bibliotecário deixam de actuar como meros técnicos<sup>10</sup> que aplicam normas e procedimentos uniformes com vista à produção de instrumentos para viabilizar o acesso à informação, mais os menos *standard*, para assumirem o papel do cientista da informação que apresenta resultados validados por uma metodologia científica e que questiona (problematiza, formula hipóteses) a própria actuação sempre em referência a paradigmas e teorias que estão em permanente validação (ou revisão).

Aplicar o método de investigação quadripolar, relevando as suas operações maiores<sup>11</sup>, põe a tónica na análise orgânico-funcional, requisito indispensável para se chegar a um conhecimento rigoroso da estrutura do sistema e das funções/competências dos variados sectores que compõem essa mesma estrutura, pois só assim é possível caracterizar com rigor o contexto de produção da realidade informacional em análise. Muitas vezes, esta análise carece de ser feita em diacronia para uma correcta compreensão das alterações da estrutura e das funções que geraram a informação ao longo do tempo, sem descurar, claro está, as relações sistémicas

<sup>10</sup> Referindo-se especificamente ao arquivista Fernanda RIBEIRO observou: *O arquivista, preparador de instrumentos de pesquisa para servir o historiador, começa a dar lugar ao profissional/cientista da informação que, numa relação de interdisciplinaridade, colabora com esse mesmo historiador partilhando algo em comum – a Informação* (Cf. Idem – Arquivos – memória – história: algumas notas para reflexão. *População e Sociedade*, rev. cit., p. 21).

<sup>11</sup> No conjunto das operações metodológicas assumem particular relevância a observação directa e indirecta (de casos ou de variáveis/problemas), a experimentação e a análise/avaliação retrospectiva e prospectiva.

internas e externas e o seu reflexo na produção informacional de modo a obter-se a identificação de eventuais subsistemas de informação ou das relações entre, por exemplo, os vários sistemas que formam, entre si, um supersistema de informação.

Analisar toda a componente funcional do sistema leva, por seu turno, a que determinadas operações tenham de ser implementadas como medidas “profiláticas” regulares destinadas a otimizar o funcionamento do próprio sistema de informação. Inclui-se, neste caso, a avaliação retro/prospectiva, operação fundamental que permite detectar redundâncias e “desperdícios” informacionais.

Resultado natural de todo o processo de conhecimento desencadeado a montante, a descrição documental (do “conteúdo” e do “continente” ou suporte material) não pode mais ser reduzida ao objectivo (único e exclusivo) de proporcionar o acesso pelo acesso à informação. Só com um completo e exigente *corpus* teórico-metodológico fundamentador é que os instrumentos de pesquisa podem garantir uma adequada representação da realidade informacional que, em última instância, os justifica e legitima.

Em suma, visar resultados do trabalho arquivístico e biblioteconómico mais rigorosos, consistentes e eficazes é, sem dúvida, uma forma de contribuir para a produção de um conhecimento científico, passível, obviamente, de aperfeiçoamentos teóricos, mas plasmado, de forma útil, em aplicações práticas.

### 3. O pretexto que é, também, contexto...

A palavra tem de ser dada aos historiadores que buscam as fontes para viabilizarem o exercício heurístico, o esforço crítico e a narrativa hermenêutica em que se consubstancia o seu *métier* científico de reconstituição compreensiva do passado. E, no caso vertente, aos que escolheram e mantêm o enfoque numa região e num sector específico de actividade sócio-económica, privilegiando as fontes “arquivísticas” (informação não editada ou inédita) que possibilitam trazer factos (a imagem do acontecido) de ontem para a superfície do hoje, do agora... Por isso, Gaspar Martins Pereira pautou a sua intervenção, no atrás citado *Seminário Os Arquivos do Vinho em Gaia e Porto*, pelo relevo e pela prioridade dada à preservação do património arquivístico dos vinhos do Porto e Douro:

As actividades de produção, transporte, armazenamento, comércio e fiscalização dos vinhos do Douro produziram, durante séculos, uma vasta documentação. Infelizmente, para os períodos mais antigos, perderam-se espólios importantíssimos. Arderam na sua quase totalidade, no século XIX, os cartórios dos conventos cistercienses da Beira Douro que mais investiram na actividade



vinhateira desde finais da Idade Média. Mas subsiste, mesmo para o período medieval, documentação dispersa, integrada quer em arquivos públicos quer em colecções privadas. O mesmo poderia dizer-se para a documentação da Época Moderna até ao advento da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, em 1756. Desta época sobreviveram algumas colecções importantes, em especial nos arquivos públicos, como a série de livros da *Imposição do Vinho*, que vai de finais do século XVI a meados do século XVIII, guardada no Arquivo Histórico Municipal do Porto. Ou, ainda, diversa documentação de congregações monásticas com interesses na região duriense (nomeadamente, no Arquivo Distrital do Porto).

A partir da instituição da Companhia, a documentação avoluma-se. A importância estratégica do vinho do Porto na economia nacional e a sua precoce internacionalização suscitaram o pioneirismo de políticas reguladoras de controlo de qualidade e defesa da marca (demarcação da área produtora, regulamentação da produção e do comércio, qualificação e certificação do produto), mas também a difusão de formas de organização empresarial moderna, em especial nas casas inglesas que dominavam o comércio e, a montante, da especialização de quintas vinhateiras, vocacionadas desde cedo para a produção mercantil.

No Douro, no Porto e em Gaia, guardam-se inúmeras “colecções” relacionadas com a produção, transporte e comércio do vinho do Porto, bem como o controlo e fiscalização dessas actividades, que constituem, no seu conjunto, um património arquivístico sem paralelo a nível mundial<sup>12</sup>

A sua atenção recaiu, naturalmente, nos Arquivos das entidades reguladoras, sobre os quais anotou o estado físico e localização. A respeito da documentação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro esclarece que, em 1988, houve uma tentativa de venda para o estrangeiro, travada por portaria de classificação da Secretaria de Estado da Cultura. Mais recentemente, a lei de 2 de Dezembro de 1996, instituidora do Museu da Região do Douro, determinou a incorporação desse acervo no Museu, a par de um trabalho de inventariação dirigido pelo Professor Fernando de Sousa e financiado pelo POC, que foi, finalmente, editado em 2003. Neste mesmo ano seria publicado o atrás referido *Inventário do Arquivo do Instituto do Vinho do Porto*, organismo corporativo que viria a receber a documentação do extinto (em 1974) Grémio dos Exportadores de Vinho do Porto,

<sup>12</sup> PEREIRA, Gaspar Martins - Por um arquivo histórico do vinho do Porto. *População e Sociedade*, rev. cit., p. 23.

enquanto a Casa do Douro (organismo corporativo fundado em 1932 com funções de disciplina da lavoura) conserva [o Arquivo Histórico ou “morto”] na sede, misturado, em grande parte, com o arquivo vivo, já que a instituição se mantém em funções. Tal como o Arquivo do IVP, também o da Casa do Douro é referido na Lei de criação do Museu da Região do Douro, que preconiza a sua eventual incorporação nesse organismo<sup>13</sup>.

Não descurou, entretanto, os arquivos familiares e de empresas, sublinhando, antes de dar notícia da documentação privada, que na perspectiva do investigador da história da vinha e do vinho é necessário consultar, a abundante documentação existente noutros arquivos públicos nacionais e estrangeiros<sup>14</sup>. E feita esta oportuna advertência enumerou várias empresas e famílias com património documental, na altura, já tratado ou em fase de tratamento<sup>15</sup>:

Empresas	Observações
A.A. Ferreira (no entreposto de Gaia)	Reúne “arquivos menores, mas também importantes, de outras empresas” (a saber: Hunt, Roope & Co.”; Constantino e Forrester). Foi organizado durante quase 20 anos por Maria Luísa Olazabal e actualmente por uma arquivista, Paula Montes Leal, além de possuir condições de acesso público.
Ramos Pinto	Arquivo organizado desde 1995 devido ao empenho de Graça Nicolau de Almeida
Sandeman	Foi permitida consulta a investigadores.

Famílias	Observações
Paço de Cidadelhe	Organizado pelo Arquivo Distrital de Vila Real (editado pela Câmara Municipal de Mesão Frio, 1996)
Casa da Calçada, Provesende	Organização a cargo do Arquivo Distrital de Vila Real
Quinta de Santa Júlia de Loureiro	Organização por investigadores do GEHVID (Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto)
Quinta da Pacheca, da Família Serpa Pimentel	Organização por investigadores do GEHVID (Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto)

<sup>13</sup> PEREIRA, Gaspar Martins - art. cit., p. 25.

<sup>14</sup> Ibidem, p. 25.

<sup>15</sup> Ibidem, p. 26-27.





Fundação da Casa de Mateus	Recebera em 2001 apoio do POC para organizar o Arquivo
Quinta do Paço de Monsul	Possui documentação desde, pelo menos, séc XIV

Na opinião avalizada de Gaspar Martins Pereira, claramente preocupado com as necessidades historiográficas, nem sempre satisfeitas, paradoxalmente, pelo paradigma custodial, patrimonialista e historicista, impõe-se a criação de um Arquivo Histórico do Vinho do Douro, previsto como um dos núcleos do Museu da Região do Douro:

O património arquivístico ligado à Região Demarcada do Douro e ao vinho do Porto possui, indubitavelmente, uma importância mundial, pelo pioneirismo das políticas de regulação e de intervenção do Estado numa região vitícola. Disperso por diversas instituições, esse património tem estado, na sua maior parte, vedado aos investigadores, desorganizado e, em certos casos, em risco. Justificar-se-ia, por um lado, a sua concentração num arquivo temático de carácter nacional, de modo a facilitar a preservação e valorização (quer através do seu tratamento especializado, quer através do seu estudo) de espólios únicos a nível internacional. No entanto, tal objectivo é, pelo menos a curto prazo, impossível de alcançar, por razões institucionais, financeiras e, mesmo, técnicas. Além disso, no caso de muitos arquivos empresariais e de família a sua descontextualização poderá representar perdas de significado e de função. Daí que me pareça mais prudente considerar vários níveis de intervenção na defesa deste património arquivístico<sup>16</sup>

Não se trata, porém e apenas, de uma questão de prudência.

À luz do paradigma pós-custodial, informacional e científico a ideia de um Serviço de Arquivo temático, tal como a ideia dos Serviços de Arquivo Intermédios (verdadeiros “elefantes brancos” criados para armazenar temporariamente documentação sujeita a triagem e que acabaram - o caso do Palácio de Fontainebleau, em França, é o exemplo mais crítico - tendo a função de depósitos definitivos!) posta em prática nas décadas de setenta e oitenta do séc XX, não é prioritária, devendo aparecer a meio ou no final de uma série de soluções concretas e versáteis que privilegiem, em primeiro lugar, a escolha dos Arquivos Distritais de Vila Real e do Porto e dos Arquivos Municipais da região duriense, dotados de infra-estruturas e

<sup>16</sup> PEREIRA, Gaspar Martins - art. cit., p. 27.

de recursos humanos minimamente adequados, para a incorporação de Sistemas de Informação (considerados globalmente, ou seja, com todo o tipo de informação e de suportes, desde o papel manuscrito ao disco duro com registos electrónicos) em risco de perda ou fragmentação. E há ainda que ter em conta o uso cada vez mais inevitável das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), se bem que problemático e requerendo um bom planeamento das aplicações e dos esquemas de segurança e preservação digital.

Concordamos com Gaspar Martins Pereira que deve haver vários níveis de intervenção na defesa daquilo que ele designa por “património arquivístico” (seria mais rigoroso dizer: património documental), embora discordemos da ideia anacrónica (fruto de um paradigma em crise) dos arquivos temáticos, ainda que a existência no Museu da Região do Douro do Arquivo Histórico do Vinho do Douro possa ser um factor positivo. Mas, para tal, um requisito básico se impõe: terá de estar em articulação com o organismo coordenador da política nacional (e da rede nacional) de arquivos tanto nas incorporações, como num aspecto ainda mais fundamental que consiste em interagir com as entidades produtoras de informação da região duriense ajudando-as na gestão e na conservação do fluxo informacional antigo, presente e futuro para uso próprio e externo. Mais do que incorporar é crucial apostar no difícil, que é, apesar de tudo, o mais óbvio: estimular as Organizações a valorizarem, nas suas estratégias de gestão a curto, médio e longo prazo, a memória activa e permanente, pronta para suportar decisões e acções dos respectivos agentes do topo à base quer agora, quer amanhã ou muito depois, mesmo que nesse futuro mais longínquo o uso da memória seja feito por investigadores externos com o intuito de fazerem produtos que não deixarão de ser uma mais valia organizacional.

Outra questão importante que não é contemplada na proposta preservacionista que comentamos é a falta de referência ao “património bibliográfico”. Um facto indesmentível é que muito se escreveu e publicou sobre a vinha e o vinho no Douro, além do destaque normal dado ao vinho do Porto, resultando disto um material imenso e disperso que não deixou de entrar no espaço orgânico das entidades públicas e privadas da região duriense. Não é possível, hoje, quando é cada vez mais acessível o potencial agregador e dissiminator do suporte electrónico e do ciberespaço, desligar física e intelectualmente a informação administrativa e contabilística dos organismos reguladores, das empresas e das famílias da outra posta a circular depois de sair dos prelos das tipografias... Um entidade produtora/colectora de todos os tipos de informação fica depositária e utilizadora de um Sistema de Informação global e complexo que jamais deve ser fragmentado.



Mas para que esse desiderato se cumpra sugerimos a implantação no “terreno” do modelo desenvolvido a partir da matriz teórico-metodológica exposta no ponto anterior

#### 4. Módulos e exemplificação específica do SIAP

A importância documental da Companhia Geral da Agricultura justificou não apenas o interesse contínuo de um investigador, mas o empenhamento de uma equipa de arquivistas e outros especialistas durante anos no estudo e tratamento de um vasto e complexo acervo. O apoio financeiro conseguido permitiu a conclusão do trabalho e uma edição final de excelente qualidade gráfica. Ter sido possível elaborar um inventário e publicá-lo é, só por si, motivo de regozijo, mas, neste caso, impõe-se reconhecer alguns méritos na metodologia seguida que modelaram um “produto” comparável – o inventário do Instituto do Vinho do Porto <sup>17</sup> (entidade ainda em funcionamento e dependente do Ministério da Agricultura) organizado por Paula Montes Leal, igualmente inspirado e/ou condicionado por um certo “sistemismo organicista”, que parece ter entrado na “moda”...

Numa das comunicações apresentadas ao *Seminário Os Arquivos do Vinho em Gaia e Porto* Beatriz Matos Fernandes<sup>18</sup> começou logo por sublinhar que a proposta de apresentação de um Quadro de Classificação para o Arquivo da Real Companhia Velha ou Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro *resultou do estudo dos diversos Estatutos da Companhia, no período compreendido, entre a data da sua instituição, em 1756, e 1890. A recolha da legislação regulamentadora da actividade da Companhia, assim como a análise da documentação produzida e recebida, por esta instituição, ditou-nos a necessidade de elaborar um Quadro provisório, que nos ajudasse a identificar a documentação, na fase de recenseamento*<sup>19</sup>. Deduz-se claramente destas palavras uma orientação analítica e técnica que implicou a

<sup>17</sup> Logo no início da Introdução subscrita por Silvestre LACERDA é dito o seguinte: *O Arquivo do Instituto do Vinho do Porto (IVP), no cumprimento da Lei nº 125/97 de 2 de Dezembro, foi entregue, em regime de depósito, ao Museu do Douro. O Protocolo celebrado a 28 de Fevereiro de 2002, entre S. Ex<sup>a</sup> o Senhor Ministro da Cultura, o Encarregado da Missão do Museu do Douro e o Presidente do IVP, consagrou esta figura jurídica para toda a documentação existente no IVP até 1974* (Cf. Idem – Introdução. In - Introdução. In LEAL, Paula Montes – *Op. cit.*, p. 7). O IVP continua em funcionamento e depende do Ministério da Agricultura e Pescas.

<sup>18</sup> FERNANDES, Beatriz Matos - A estrutura orgânica do arquivo da Real Companhia velha: proposta de um quadro de classificação, *rev. cit.*, p. 55-60.

<sup>19</sup> *Ibidem.*, p. 55.

reconstituição da estrutura orgânico-funcional da instituição, entendendo-se por isto os órgãos e repartições, os cargos e actividades (funções) com o foco centrado na missão essencial para que ela foi criada e adaptada ao longo do tempo. Mas desaprovamos que o utilíssimo e rigoroso estudo institucional feito diacronicamente não tenha sido vertido, por inteiro, no tal Quadro de Classificação. Há, no entanto, uma explicação para isso: a dominância do paradigma custodial, patrimonialista, historicista e tecnicista e, conseqüentemente, a ausência de uma concepção científica e sistémica levada até às últimas conseqüências. É, aliás, justo e imperioso frisar que no final de sua comunicação Beatriz Matos Fernandes esclarece o seguinte: *entendemos o Arquivo da Real Companhia Velha como um sistema de informação que reúne, para além da documentação produzida e recebida pela Companhia, no exercício da sua longa actividade, também documentação gerada no âmbito de funções exercidas na esfera de competências geralmente atribuídas ao Estado. Referimo-nos concretamente à arrecadação das contribuições e impostos nas obras da Barra do Douro e das estradas do Douro e no que concerne ao ensino na cidade do Porto. A documentação produzida nesse contexto será tratada como sub-sistema de informação, englobados num sistema de informação mais vasto, que denominamos por Arquivo da Real Companhia Velha*<sup>20</sup>. Esta ênfase no sistema de informação com as suas secções orgânico-funcionais e subsistemas (conceito proposto no Seminário, mas que não aparece no Quadro de Classificação final<sup>21</sup>) tem importantes conseqüências teórico-práticas no trabalho arquivístico, abrindo-se, assim, um espaço de reflexão e de debate a envolver arquivistas e a generalidade dos profissionais da informação.

Mas para melhor compreendermos a afirmação da autora convém que mergulhemos no volumoso e bem ilustrado Inventário da dita Companhia Velha<sup>22</sup>. Fica, também, mais fácil exercitar a discordância construtiva.

Exercício que conduz, portanto, a alguns comentários críticos e o mais óbvio consiste nisto: se o Arquivo é um sistema de informação não é um *Fundo*, porque embora esta noção, após a revisão conceptual introduzida por Michel Duchein<sup>23</sup>,

<sup>20</sup> FERNANDES, Beatriz Matos – art. cit., p. 59.

<sup>21</sup> SOUSA, Fernando de – *Op. cit.*, p. 94-105.

<sup>22</sup> O termo inventário fica aquém do formato geral do trabalho feito, em que avultam também um estudo de Fernando de SOUSA intitulado *A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-1960)* (Cf. Idem – *Op. cit.*, p. 31- 89) e uma espécie de “apêndice documental” com informação complementar que recebeu o título de *Instituição, estatutos e legislação mais importante para a compreensão da história e funções da Companhia* (Cf. Ibidem, p. 311-437).

<sup>23</sup> DUCHEIN, Michel – *Le Respect des fonds en archivistique: principes théoriques et problèmes pratiques. La Gazette des Archives*. Paris. 2:97 (1977) 71-96.



abarque o conjunto orgânico de documentos produzidos e recebidos por uma entidade pública ou privada no decurso da sua actividade, a marca incorporacionista que a gerou, em 1841, não só permanece intacta como impede a captação do dinamismo informacional que é polifacético e contextual. A correspondência, as actas, os relatórios técnicos, as fotografias, os boletins especializados e impressos, os mapas, os desenhos, etc. desde que produzidos/recebidos por uma entidade (através do seu contexto orgânico-funcional: órgãos, departamentos e repartições mais as competências, as actividades/iniciativas e as tarefas subordinadas aos fins gerais e específicos) são partes diversas de uma totalidade indissolúvel e sistémica. A diversidade e a complexidade exigem uma noção operatória versátil e fina que possibilite construir um conhecimento explicativo e compreensivo de maior amplitude e profundidade. Não pode, pois, confundir-se *fundo* com um *sistema (semi)fechado de informação social materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois factores essenciais - a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) - a que se associa um terceiro - a memória - imbricado nos anteriores*<sup>24</sup>. Distintas noções operatórias que correspondem a diferentes paradigmas e a desafios epistemológicos quase antagónicos.

Outro comentário, menos óbvio, mas igualmente elementar, diz respeito à expressão orgânico-funcional, já acima explicitada, e à importância e coerência que o uso do conceito organicidade exige. Confundi-lo com administração ou processo administrativo ou burocrático é um equívoco grosseiro. Organicidade (conceito tão caro aos arquivistas e insuficientemente definido e trabalhado por eles) parece ter paralelo semântico, na Sociologia das Organizações, com contexto organizacional se esta acepção agregar também o factor objectivos.

Um terceiro e último comentário, que decorre do anterior, traz à colação o emprego do conceito operatório de sub-sistema, que só faz sentido se houver um vínculo organizacional indelével, ainda que afectado por disposições de autonomia administrativa e financeira mais ou menos amplas. Exemplificando com o caso da Real Companhia Velha é dito na *Nota arquivística* que *A complexidade do arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro exigiu a elaboração de um plano de classificação integrando 8 subfundos e 9 secções*<sup>25</sup>. A par de uma

<sup>24</sup> SILVA, Armando Malheiro da et al. – Op Cit., p. 214.

<sup>25</sup> SOUSA, Fernando de et al. – Inventário do arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. In Idem – Op. cit. p.97. O termo secção figura como generalização terminológica consagrada pela *International Standard Archival Description (General) – ISAD-G* (Norma formulada e editada pelo Conselho Internacional de Arquivos, ligado à UNESCO).

mescla discutível e improcedente de secções – umas “arranjadas intelectualmente” pelos arquivistas, outras mantidas como unidades orgânicas genuínas da instituição com subdivisões ou classes incluídas artificialmente<sup>26</sup> – são elencados os seguintes subfundos: Academia Real da Marinha e Comércio da cidade do Porto; António Pinto de Miranda e C<sup>a</sup>; Aula de Debuxo e Desenho; Aula Náutica; Gonçalo Cristóvão; Junta da Administração da Marinha; Junta Particular da Companhia; e H. Martins da Luz. Todos eles mereceram uma notícia histórica nem sempre exaustiva e daí a imprecisão patente no resultado final. Os autores do Inventário identificaram as peças, mas não as “encaixaram” devidamente no *puzzle*. Peças mal colocadas: António Pinto de Miranda e C<sup>a</sup>: *Documentos relativos aos negócios de António Pinto de Miranda e seus sócios com o Brasil. A documentação reunida neste subfunção é composta por livros copiadores de correspondência expedida e livros de carácter contabilístico. Alguns documentos têm data anterior à instituição da Companhia. A partir de 1756, nos livros de correspondência, encontramos cópia de ofícios enviados por este homem de negócios à Companhia. A maioria dos livros copiadores de correspondência está em mau estado de conservação*<sup>27</sup>. Como foi parar às instalações da Companhia documentação produzida por esse negociante? Na nota transcrita não há uma resposta, logo uma de duas: ou o arquivo de António Pinto de Almeida foi depositado acidentalmente na Companhia devendo ser descrito como um Sistema de Informação autónomo, ou a empresa dele foi adquirida pela Companhia ou outra razão orgânica que o transforma em SubSistema. Outra peça que apesar de bem colocada, está mal referenciada: Gonçalo Cristóvão (Subfunção), seguido de uma longa nota histórica que esclarece terem estado as Quintas da Foz do Ceira, da Azinheira e de Celeirós pertencentes a Gonçalo Cristóvão Teixeira Coelho Pinto de Mesquita, sob a administração da Companhia durante um longo período, pelo que o SubSistema é formado por essas quintas e não pelo Gonçalo propriamente dito!... E idêntico equívoco se repete com H. Martins da Luz. Mal colocada parece estar a *Junta Particular da Companhia*<sup>28</sup>, que tendo sido independente da Junta da Companhia poderá constituir-se como Sistema de Informação autónomo, mas faltam mais elementos caracterizadores. É imprescindível uma análise segura e exaustiva da componente orgânico-funcional, porque dela depende um “encaixe” da documentação correcto e fiável para o utilizador.

<sup>26</sup> Ver sobretudo SOUSA, Fernando de et al. – *Op. Cit.*, p. 99-102.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 287.

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. 299.



Identificados como fundos autónomos, ou seja, estranhos à Companhia aparecem dois – Alfândega do Porto e Sociedade Comercial Ventura Vieira da Silva –, parecendo-nos correcta a análise feita.

Muito mais pequeno em tamanho, mas não menos importante é o Inventário elaborado por Paula Montes Leal e orientado por Silvestre Lacerda do Arquivo Distrital do Porto. Este arquivista, na Introdução<sup>29</sup>, incluiu um segundo ponto intitulado *Caracterização do Sistema de Arquivo IVP* de onde se extraem estes elucidativos parágrafos:

A opção declarada em adoptar o actual plano de classificação, desenvolvido no âmbito do apoio técnico do Arquivo Distrital do Porto ao IVP, pretende incorporar a noção de “arquivo contínuo” e respeitar o esquema organizacional desenvolvido na génese da produção documental. Apesar da mudança física da instalação da documentação, o fluxo da informação de arquivo, que constitui objecto de conservação permanente foi, e desta forma continuará a ser, uma linha de continuidade assegurada.

(...)

A estrutura de classificação baseia-se numa hierarquia orgânica e/ou funcional, sendo que, no primeiro caso, são classificadas e hierarquizadas unidades orgânicas de topo e dependentes e, no segundo caso, macro-funções e respectivas entidades dependentes. Essa hierarquização é evidenciada através da utilização de uma estrutura arborescente para a sua representação esquemática. Cada nível ou, se quisermos, classe desta estrutura possui os seus atributos e propriedades específicas que são herdadas pelos níveis que lhe são subsequentes.

(...)

Considera-se ainda, numa perspectiva arquivística e organizacional, ser mais útil e eficaz a utilização de uma classificação funcional. A estabilidade de funções é predominante e, no caso específico do IVP, assume maior acuidade, uma vez que o seu universo de actuação está circunscrito a um tipo particular de vinho. Ao contrário, a estrutura orgânica é muito mais dinâmica. Diferentes serviços vão assumindo diferentes funções. A título de exemplo, refira-se o caso da criação da célula de auditoria, que herda funções da Direcção dos Serviços de Fiscalização, ou ainda, da Tesouraria que, durante um longo período se encontrava na dependência da Direcção dos Serviços de Fiscalização e hoje está inserida na Direcção dos Serviços Administrativos e Financeiros. Em

<sup>29</sup> LACERDA, Silvestre - Introdução. In LEAL, Paula Montes - *Op. cit.*, p. 7-15.

resumo, uma classificação funcional permite assegurar maior estabilidade, uma vez que, mesmo que o órgão mude, a função permanece<sup>30</sup>

Estes extractos conduzem-nos a um conjunto de comentários no topo dos quais surge um extensivo, também, ao trabalho anterior. Ambos recebem o rótulo de Inventário e isto basta para que nos interroguemos se com a facilidade de aceder aos instrumentos de pesquisa e comunicação *on line* (e importa frisar que o inventário do IVP foi pensado e preparado para ambiente electrónico<sup>31</sup>) continua a valer a pena a edição em papel?! É verdade que o formato (o suporte, o canal...) condiciona não tanto o conteúdo, mas o modo como este é buscado e assimilado pelo utilizador, justificando-se, em tese, os dois formatos (ou canais: papel e digital) atendendo a tipos de comportamento informacional (perfis de utilizador) diferentes. No entanto, esta observação tem de sair do domínio especulativo e precisa ser confrontada com indicadores quantitativos que permitam fixar percentagens e perceber se a busca *on line* tende a substituir ou reduzir substancialmente o uso do instrumento de pesquisa em suporte tradicional. É preciso, também, discutir outro aspecto que tem a ver com a “substância” do instrumento: percebe-se que, devido ao grosso volume de documentação administrativa, técnica e de outros tipos produzida/recolhida pelas entidades, sobretudo do período contemporâneo (e a tendência continua hoje exponencial<sup>32</sup>), tenha sido defendida, pela arquivística francesa na década de setenta e generalizado a partir de então, a ideia de que o inventário de vastos acervos era o único instrumento de pesquisa possível e satisfatório para as necessidades dos investigadores. Ideia que servia, também, para distinguir

<sup>30</sup> LACERDA, Silvestre – Introdução. In LEAL, Paula Montes – *Op. cit.*, p, p. 11.

<sup>31</sup> *Ibidem*, p. 9.

<sup>32</sup> Luciano FLORIDI dá conta disto no Prefácio ao *The Blackwell guide to the philosophy of computing and information* (Malden, USA: Blackwell Publishing, 2003. ISBN 0-631-22919-1, p. xi-xiv) em palavras e números. Num primeiro gráfico, colocado logo no início, deparamos com a estimativa de produção de dados no Mundo em terabytes para o ano de 1999. As cifras são impressionantes: “dados ópticos” (music cd’s, dvd’s e data cd’s) 0,08; papel (documentos das Organizações, jornais, periódicos e livros) 0,24; filme (fotografias, raios-x e cinema) 427; e dados magnéticos (discos duros de PC, servidores departamentais, *camcorder*, gravações e servidores de empresas) 1,693. Com efeito, *Every year, the world produces between 1 and 2 exabytes of data, that is, roughly 250 megabytes for every human being on earth (source: Lyman & Varian, online, see figure P1). An exabyte is approximately 10 (elevado a 18) bytes, or a billion times a billion bytes, the equivalent of about 20 billion copies of this Guide. It has taken the entire history of humanity to accumulate 12 exabytes of data. Stored on floppy disks, 12 exabytes of data would form a stack 24 million miles high. At the rate of growth measured in 1999, humanity will already have created the next 12 exabytes by the time this Guide is published* (Cf. *Ibidem*, p. xii).





corporativamente o arquivista do bibliotecário (fazedor de catálogos e distribuidor de notações inspiradas na Classificação Decimal Universal de Paul Otlet e Henri Lafontaine, a famosa CDU). E a demarcação acentuou-se com a “inventiva” do Quadro de Classificação orgânico-funcional, que mesclava o espírito e lógica classificativa com um respeito moderado ou mitigado pela estruturação departamental e funcional das instituições; visava, em suma, a articulação de dois instrumentos ou esquemas de representação distintos: um que reflecte a estrutura organizacional e outro que visa unicamente detectar assuntos (nomes, lugares, objectos, situações...). Será um tal quadro a chave do acesso adequado à informação que satisfaz os interesses e as necessidades do utilizador especializado (investigadores de História e Ciências Sociais que frequentam o Arquivo Público)? O inventário tornou-se o que, perante a falta de meios humanos e financeiros e a pressão de uma clientela crescente, é possível fazer, mas em muitos casos é o que não deve ser feito. Isto mesmo ficou demonstrado, juntamente com um punhado de indicações esclarecedoras, por Fernanda Ribeiro na sua dissertação de doutoramento<sup>33</sup>.

A tónica posta no “arquivo contínuo”, na linha, aliás, do válido, ainda que reduzido, contributo da arquivística canadiana na década de oitenta do séc. XX, parece-nos um elemento de extrema importância, sobretudo quando estão em causa organismos em plena actividade achando-se o respectivo sistema de informação em contínuo crescimento. E este aspecto articula-se com a necessidade de ao deslocar-se a informação do contexto físico de produção e uso para um outro local haver o cuidado de afectar, o mínimo possível, a sua marca ou matriz originária que a estrutura organizacional reflecte e projecta no fluxo informacional. Silvestre Lacerda frisa isto mesmo, mas a solução técnica adoptada, através de uma classificação funcional em razão da estabilidade de funções ser predominante e revestir grande acuidade no caso específico do IVP, contraria na prática claramente esse desiderato.

É positivo, sem dúvida, que tenha havido a preocupação de aproximar o Quadro de Classificação da operacionalidade e da lógica do classificador (um derivado da CDU usado desde finais do séc XIX nos escritórios e repartições públicas), embora nos pareça estranho e *contra-natura* um tal instrumento concebido para todas as unidades orgânicas e tipologias informacionais, quando é sabido que estas requerem esquemas de descrição para o acesso (dispositivos de meta-informação) específicos, ou seja, mais ajustados às suas especificidades informacionais.

<sup>33</sup> RIBEIRO, Fernanda – *O Acesso à informação nos arquivos*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2003. ISBN 972-31-1017-2. vol. 2, p. 633-694. (Dissertação de doutoramento. Também disponível em: <http://ler.letras.up.pt/revistas/index.htm>)

Um último comentário crítico leva-nos a questionar a utilidade, em termos de recuperação de informação, das subsecções do Quadro de Classificação ou classes funcionais (criadas ou introduzidas pelos organizadores do inventário), quando a lista de séries e, especialmente, a lista de assuntos acrescentadas ao inventário proporcionam um acesso mais fino e directo na linha da eficácia testada e acostumada pelos índices (de todo o tipo).

Podemos, agora, de um modo mais fácil e pedagógico, contrapor ou colocar em paralelo a perspectiva científica e sistémica que propomos e que se fosse seguida nos dois casos focados implicaria, na prática, a elaboração de dois ou mais instrumentos diferentes, ainda que complementares. E o primeiro de todos é o Quadro Orgânico-Funcional que não é um Plano de Classificação funcional ou temática com laivos orgânicos incorporados, mas essencialmente a representação possível, feita a partir de estudos exaustivos e rigorosos da génese e evolução organizacional da entidade cujo S.I. é sujeito a análise e tratamento, da estrutura envolvida na produção/recepção e uso do respectivo fluxo informacional ao longo do tempo com alterações e continuidades. Investe-se, assim, na representação reconstitutiva do contexto organizacional para o encaixe directo das séries documentais/informacionais de todo o tipo (incluindo fotografias, publicações monográficas e periódicas, postais, desenhos, pintura, etc.) a fim de que o utilizador perceba o que foi sendo produzido/recebido diacronicamente, ou seja, para que o utilizador seja (re)conduzido ao contexto e se prepare deste jeito para melhor compreendê-lo. As séries documentais (ou documentos em série, em sequência), os documentos compostos e os documentos simples expressam as competências, actividades e tarefas, sendo o corolário directo desta tríade, pelo que faz sentido e o contrário resulta absurdo, “devolvê-las” à fonte ou à estrutura organizacional, seja ela de que grandeza for – muito complexa (pluricelular) ou demasiado simples ou simplificada (unicelular)<sup>34</sup>.

Para se recuperar a informação, numa gradação de níveis que vai do mais genérico ao mais detalhado, o naipe de instrumentos à disposição é variado – vai do classificador até ao thesaurus, passando por catálogos gerais para o SI todo ou sectoriais ou ainda só para determinadas séries, funcionando o classificador para outras, índices de séries ou de assuntos para outros segmentos do SI. Se o fundamental é proporcionar um eficiente e proveitoso acesso, que satisfaça necessidades patentes e latentes dos utilizadores presentes e futuros, a paleta de oferta tem de ser rica e multifacetada.

A perspectiva científica e sistémica, consubstanciada no Modelo Sistémico de Informação Activa e Permanente (SIAP), que temos vindo a operacionalizar atra-



vês de um esquema modular, obriga ainda a ter presente alguns conceitos básicos como gestão de informação, complexidade (dos produtores, do seu meio ambiente e conjunturas, das tipologias dos conteúdos, dos formatos e suportes, etc.), interactividade e comportamento informacional. Conceitos que trazem para o campo da C.I. fortes conexões teórico-metodológicas com as Ciências Sociais.

A aplicação do SIAP admite diversas situações “no terreno”. Não há informação sem acção, o que pressupõe a existência indiscutível de actores humanos e sociais integrados em contextos organizacionais e no meio ambiente societal. Temos, assim, genericamente caracterizado o “terreno” em que se aplica o modelo sistémico. Mas é preciso esmiuçar um pouco mais: uma pessoa ao longo de sua vida produz e recebe informação de todo o tipo, sendo certo que é menos comum encontrar uma pessoa sem contexto familiar, pelo que o SI de uma família envolve pessoas e o SI pessoal, em sentido estrito, é uma raridade; uma pequena e média empresa em actividade; uma pequena e média empresa desactivada, estando o respectivo SI acumulado nas instalações próprias ou em outro local e que foi ou vai ser transferido para um Arquivo Público; uma grande empresa em actividade; uma grande empresa desactivada, estando o seu SI nas condições descritas atrás; um organismo da Administração Pública ou Local em actividade; e um organismo da Administração Pública ou Local desactivado, estando o seu SI nas condições indicadas. Enumeramos apenas estes casos-padrão porque correspondem à realidade do sector da vinha e do vinho em Portugal e, mais precisamente, no Douro. E neste conjunto de casos é nítida uma subdivisão estabelecida pelo critério do estar activo ou desactivado: a aplicação do SIAP sofre ajustamentos importantes de acordo com esse aspecto vital, uma vez que a desactivação impõe o fim do fluxo informacional, põe termo a um contexto funcional de uso e institui a possibilidade de ser criado um novo contexto de uso num Arquivo Público ou, por exemplo, numa Organização em funcionamento que adquire o SI de outra extinta por razões estratégicas (em Portugal isto é raro, mas na Europa e no Mundo do neo-capitalismo financeiro e da *new economy* é prática normal).

A aplicação do SIAP a um Sistema de Informação produzido/recebido por uma Família - torna-se SIF(A)P - será remetida mais para diante e limitar-nos-emos a reproduzir o que já expusemos num estudo específico sobre Arquivos Familiares e Pessoais<sup>35</sup>. E entramos, de imediato, na aplicação do modelo para os restantes casos em situação de actividade plena.

<sup>35</sup> SILVA, Armando Malheiro da - Abordagem aos arquivos familiares e pessoais como sistemas de informação. *art. cit.*, p. 22-50; e Idem - Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo. *art. cit.*, p. 55-84

O Modelo SIAP é composto por quatro módulos, sendo nítida, no primeiro, a ligação ao dispositivo teórico-metodológico postulado para a C.I., nomeadamente no respeitante ao Método Quadripolar.

### Módulo I

Enunciado Geral	Especificações
Investigação científica (teórico-técnica) que incide: sobre uma Organização e o fenómeno e processo info-comunicacional ocorrido no seu interior e/ou na natural interacção da Organização com o ambiente exterior; sobre temas e/ou problemas inerentes ao campo da Ciência da Informação <sup>36</sup>	Aplicação, no decurso do trabalho de pesquisa, dos pólos teórico e técnico: formulação, adopção ou descoberta, de hipóteses/teorias e uso de técnicas de obtenção de elementos para a pesquisa/estudo científico (operações técnicas do pólo técnico do Método Quadripolar), para uma efectiva compreensão/explicação do caso organizacional ou do tema/problema/situação colocada em estudo.

Não há implantação de soluções técnicas decorrentes da aplicação do SIAP sem pôr em prática este Módulo, centrado no estudo (recolha de elementos diversos) do contexto organizacional e de como se processa o fluxo infocomunicacional nesse contexto e no meio ambiente que envolve a Organização – a dimensão espaço-temporal focada em diacronia, sincronia e prospectiva. O levantamento da estrutura orgânico-funcional, consubstanciado num estudo de referência ou modelar levado a cabo para uma parte do Sistema de Informação-Arquivo da Universidade do Porto<sup>37</sup>, torna possível a reconstituição da matriz organizacional da entidade produtora do SI, desde a génese até à actualidade. O resultado deste exercício heurístico, analítico, crítico e configurativo, embora só surja mais em evidência no **Módulo III**, é o **Quadro Orgânico-Funcional** a que tem de ficar “amarrada” toda a informação produzida/recebida de ontem até ao futuro mais distante... Um outro resultado mais “modesto” traduz-se em “ferramentas” identificadoras de vantagens e de problemas, a saber: diagnóstico geral e diagnósticos parcelares, nomeadamente do fluxo informacional e sua (des)articulação com as disfunções organizacionais (modelos de gestão, práticas de *organização e métodos*, etc.). Estes “produtos” podem ou não ter sequência nas restantes etapas do Modelo e, por isso, é que a lógica modular se revela mais apropriada. O SIAP vai valendo ou tornando-

<sup>36</sup> SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Op. cit.*, p. 80

<sup>37</sup> RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Eugénia Matos [c/ colaboração de Rute Reimão] – *Universidade do Porto: estudo orgânico-funcional: modelo de análise para fundamentar o conhecimento do Sistema de Informação Arquivo*. Porto: Reitoria da Universidade, 2001.



se útil, módulo a módulo, e se não passarmos do primeiro este já é um contributo aproveitável em diversas direcções e utilizações investigativas e/ou profissionais.

## Módulo II

Enunciado Geral	Especificações
<p>Ajustamento ou adequação prática da investigação teórica (ensinada e aprendida no contexto da formação universitária, através de graduação e pós-graduações, e da formação técnico-profissional, contínua e do <i>e-learning</i>) ao desafio concreto da implementação do Modelo</p>	<p>Elaboração de um desenvolvido e minucioso “esquema-pivot” que condense, por um lado, os resultados obtidos metodologicamente de acordo com os preceitos inscritos no Módulo anterior e, por outro, as evidências empíricas que importa ter presente quando se pretende, por exemplo, fazer uma intervenção nas complexas e difusas/confusas práticas de gestão da informação numa Organização.</p> <p>Importa ter presente que as Organizações necessitam urgentemente de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>descentralizar as suas actividades e os respectivos postos de trabalho, através de uma cada vez maior informatização;</li> <li>aumentar a segurança e o controlo do acesso ao sistema de informação;</li> <li>implementar estratégias de <i>e-business</i> adaptando-se ao mercado global;</li> <li>garantir um maior controlo da autenticidade, integridade e fiabilidade das transacções e do seu sistema de informação;</li> <li>assegurar o uso dessa informação a médio e longo prazo;</li> <li>dirigir os seus negócios de uma forma eficiente e responsável;</li> <li>distribuir os serviços de forma consistente e equitativa;</li> <li>documentar as políticas, decisões e resultados de todas as partes envolvidas;</li> <li>cumprir os requisitos normativos e legais, incluindo as auditorias;</li> <li>proteger os interesses e direitos da organizações, dos colaboradores, clientes, entre outros;</li> <li>prevenir situações de emergência ou desastre;</li> <li>preservar a memória institucional.</li> </ul>

Este segundo Módulo pode ser apresentado como uma etapa de transição, ou seja, de adaptação às exigências práticas de uma intervenção “solucionadora” e não apenas descritiva e identificadora da natureza integral do caso. Desde logo, há uma exigência formativa que obriga a articular ou entrelaçar o nível teórico e científico com o universo bem mais específico das competências e aptidões induzidas pelos casos concretos. Há, a par disto, o imperativo de converter diagnósticos gerais e/ou específicos (produzidos no Módulo anterior) num “esquema-pivot”, que, com mais propriedade, se pode designar por Plano estratégico de abordagem e de preparação

da aplicação do SIAP, que envolve algumas reuniões sectoriais e gerais com o pessoal (os actores) da Organização a fim de perceber e fixar prioridades.

### Módulo III

Enunciado Geral	Especificações
<p>Implantação do modelo SIAP quer seja para a intervenção global num caso ou Organização, quer seja para a intervenção na resolução de problemas específicos. Comporta uma inflexão marcadamente prática.</p>	<p>A intervenção na Gestão da Informação de uma Organização implica o desenho de um instrumento operatório resultante do trabalho operado nos Módulos anteriores. Trata-se do PLANO detalhado sobre como a Informação deve ser produzida/gerada e recebida, seleccionada, armazenada, recuperada, transformada e/ou reproduzida e difundida/acedida. Esse PLANO é transposto para o caso concreto através de uma sequência lógica e flexível de FASES gerais que compreendem um número vasto de iniciativas, tarefas e soluções concretas:</p> <p>PRIMEIRA FASE: o QUADRO ORGÂNICO-FUNCIONAL e/ou os diagnósticos gerais e específicos guiam várias linhas de intervenção que se desenham nesta fase, sendo duas as principais: marcar bem viva a matriz estrutural do SI através da fixação e alimentação contínua do Quadro ao qual fica "amarrada" toda a informação produzida /recebida ou a produzir/receber; e formulação das soluções concretas para os vários problemas identificados em nível, por exemplo, do fluxo informacional na Organização: Além destas linhas gerais é preciso enfatizar o seguinte:</p> <p>a Informação é considerada em todos os suportes e todos os tipos, bem como na sua variação cronológica (antiga e actual), pelo que não se podem pensar soluções tecnológicas específicas (próprias dos Sistemas Tecnológicos de Informação: como as bases de dados, os sistemas dinâmicos de criação de informação, a meta-informação técnica, instrumentos normativos relativos à segurança de sistemas, criação de objectos digitais, etc.), sem uma articulação dentro de todo o SI e isso exige o levantamento rigoroso de toda a informação produzida, recebida e expedida e um conjunto avultado de tarefas de parametrização rigorosa de requisitos e funções exigidos pela informatização integrada no Modelo.</p> <p>SEGUNDA FASE: proceder a uma implantação por sectores, escolhendo-se um ou mais como "sectores-piloto" e estratégicos que determinarão o correcto encadeamento dos restantes;</p> <p>TERCEIRA FASE: constituição de uma equipa inter e pluri disciplinar envolvida no processo de implantação sectorial do Modelo no interior da Organização e aplicação da operação metodológica da Avaliação<sup>38</sup> não apenas ao fluxo informacional, mas também ao desempenho em armazenar, manter/preservar e servir informação e na qualidade dos instrumentos de recuperação (catálogos, índices, thesaurus, etc.).</p>

<sup>38</sup> RIBEIRO, Fernanda, SILVA, Armando Malheiro da - A Avaliação de informação: uma operação metodológica. *Páginas A&B: Arquivos e Bibliotecas*. Lisboa. 14 (2004). ISSN 0873-5670. p. 7-37



Facilmente se percebe que a caracterização feita das Fases confina-se a um apontamento sinóptico que exige desdobramentos vários no momento concreto de aplicação e que aparecerão indicados com algum detalhe no volume 2 de *Arquivística* (em fase de elaboração).

## Módulo IV

Enunciado Geral	Especificações
Investigação científica sobre a implantação do SIAP e seu indispensável monitoramento	A base científica em que a nossa proposta de Modelo assenta impõe-se antes da implantação e depois, permitindo, assim, que todo o trabalho prático de montagem do SIAP seja testado e verificado cientificamente através dos pólos teórico e técnico mencionados no Módulo I. A ferramenta de auto-avaliação CAF é usada nos Projectos com um propósito equivalente, mas os pressupostos e exigências epistemológicas subjacentes à Metodologia Quadripolar conferem outro alcance e consistência aos resultados obtidos por esta via.

Este quarto e último Módulo é o primeiro numa escala de prioridades básicas, uma vez que um Modelo só é válido se submeter a revisão crítica e a monitoramentos rigorosos.

E porque a validação é importante consideramos oportuno, neste ponto, tornar mais inteligível o esquema modular apresentado através de um enfoque mais específico, isto é, através da exemplificação do *modus operandi* do SIAP a Famílias (extintas ou ainda em actividade). Para tanto, sobrepomos a indicação dos Módulos a um texto escrito antes mesmo do dito esquema ter sido formulado e apresentado publicamente.

## Módulo I – desenvolvendo-o nos seus preceitos fundamentais resulta isto<sup>39</sup>:

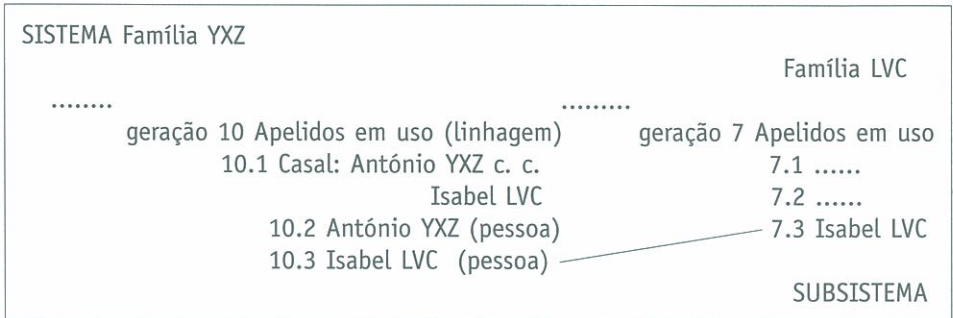
Todo SIF(AP) se baseia, estruturalmente, num contrato bio-social<sup>40</sup> de pessoas que se aliam e reproduzem, havendo, por isso, o permanente entrelaçar de famílias umas nas outras, através do casamento. E, por outro lado, não podemos esquecer,

<sup>39</sup> SILVA, Armando Malheiro da - Abordagem aos arquivos familiares e pessoais como sistemas de informação. *art. cit.*, p. 33-38; e Idem - Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo. *art. cit.*, p. 71-77.

<sup>40</sup> Atente-se no que a socióloga Maria Engrácia LEANDRO sublinha a este respeito: *Tendo em conta que a família é uma instituição dual, em virtude da sua natureza biológica e social, procura-se fazer compreender que, ao longo dos tempos e nos mais variados contextos sociais e civilizações, a família tem sido moldada pelas sociedades, os seus sistemas económicos e culturais e as religiões, mas que também ela, através do processo de socialização dos indivíduos, concorre, simultaneamente, para a reprodução e dinâmica das sociedades* (Cf. Idem - *Sociologia da família nas sociedades contemporâneas*. Lisboa: Universidade Aberta, 2001, p. 51).

a par de uma unidade familiar com objectivos próprios e apoiada na interacção geracional, o peso significativo das trajectórias individuais. Temos, pois, um quadro complexo que, de caso para caso, varia em complexidade.

O modelo sistémico permite equacionar as situações de aliança matrimonial numa família nobiliárquica de Antigo Regime (e noutros tipos de família) mediante a noção de Subsistema, conforme esquema:



O caso ficcionado, mas perfeitamente real, de Isabel LVC ajuda a ilustrar a situação, assaz comum e generalizada, de que uma pessoa, pertencente a determinada Família, casa, ao chegar a uma certa idade, com alguém de outra Família. E, se for a herdeira de todos os bens familiares, leva, naturalmente, consigo o SIF-LVC que será integrado no SIF-XYZ, mas mantendo aquele, em termos de representação descritiva, a indicação de que foi autónomo, até ao casamento de Isabel, e só por este facto é que se torna Subsistema. Daí para a frente, LVC funde-se e dilui-se em XYZ...

Esta situação padronizou-se nas famílias patriarcais, de estirpe e de morgadio (instituto marcadamente peninsular), não se verificando, porém, nas sociedades contemporâneas industrializadas do séc. XX em diante. As novas conjunturas sócio-económicas, tecnológicas, mentais e ideológicas foram enquadrando a nuclearização da família e a sua variação em monoparentais, duplas/triplas etc., com um mesmo cônjuge em todas elas e em "uniões de facto". Esta instável complexidade não impede, porém, que detectemos sempre a unidade básica – a geração e as linhas de sucessão simbólica e patrimonial – e, dentro dela, pessoas que, enquanto vivem juntas, produzem informação em função de objectivos e interesses comuns, continuados de algum modo por seus descendentes. Se estes não existirem e se houver uma união de duas pessoas, durante algum tempo, que depois se separam, não teremos, muito provavelmente, um S. I. de família, mas dois S. I. pessoais e pode, ainda, acontecer que uma dessas pessoas venha a unir-se a outra até ao fim da vida e haver descendência, formando, então e de novo, um efectivo S. I. de família. E o processo tende a tornar-se ainda mais tortuoso, mas para haver estru-





tura familiar tem de haver unidade e sequência geracional associada a estratégias comuns de cariz sócio-económico e simbólico.

O mesmo modelo está concebido para captar, na medida do possível, a organicidade inerente ao ser humano – único e extremamente complexo. Este ponto é, sem dúvida, o mais delicado e de solução mais fluida, que mais consistentes e aprofundados contributos da Psicologia, da Antropologia e de outras Ciências Humanas e Sociais poderão permitir aclarar. De qualquer modo, e enquanto não se aprofunda este aspecto crítico, parece-nos razoável admitir que a pessoa humana é uma totalidade psicossomática que nasce, cresce, amadurece e envelhece, ou seja, temos, aqui, algumas fases orgânicas associadas a um leque de possibilidades de acção (ou de actividade) concentrado nas fases intermédias e nulas/quase nulas nas extremas. E, se postularmos que a organicidade pessoal, reside na infância, na adolescência/juventude e na adultez/velhice, ressalta a imediata consequência de podermos cruzar, do ponto de vista do “encaixe” documental, a documentação pessoal com a familiar. Esta, do ponto de vista temático, diz respeito à gestão dos bens herdados e adquiridos, ao relacionamento interno e externo dos casais ou cônjuges (detentores de poder implícito ou de poder explícito no *corpus* jurídico) e a todas as matérias que envolvam e impliquem a Família no seu todo.

Há, no entanto, uma dificuldade no plano descritivo que é preciso ter em conta, sobretudo se pretendermos compatibilizar o modelo sistémico e interactivo com as ISAD-G e que respeita à inserção, num posicionamento hierarquizado, das fases de vida (essencialmente três: infância, adolescência/juventude e adultez/velhice) como Sub-Secções da Sub-Secção indivíduo X da Secção (Geração) Y. Uma dificuldade contornável se estivermos a elaborar um Quadro Orgânico-Funcional para publicação em papel ou em cd, mas se estivermos a trabalhar numa Base de Dados há que explorar nesta as possibilidades de resolução.

A operacionalização dos pólos teórico e técnico, através do modelo sistémico e interactivo, assegura, com o máximo de minúcia e rigor, a reconstituição contextual da informação e este desiderato é formalizado, no nível do pólo morfológico, mediante um quadro de organização ou um Quadro genuinamente orgânico-funcional, disposto de acordo com o esquema multinível das ISAD(G)<sup>41</sup> e com as devidas adaptações terminológico-conceituais<sup>42</sup>.

<sup>41</sup> É aproveitável a adaptação das Normas feita por PEIXOTO, Pedro de Abreu - A aplicação das ISAD(G) aos arquivos de família. *Páginas A & B: arquivos & bibliotecas*. Lisboa, 4 (1999) 55-70.

<sup>42</sup> Mantemos o campo da entidade detentora, mas, no seguinte, designado por grupo de arquivos, sugerimos alteração para entidade produtora. Onde se lê fundo, deve estar sistema, e onde está sub-fundo, deve estar subsistema e não se pense que estas alterações são cosméticas ou meramente

....

**Secção - Geração x (apelidos em uso) Subsecção (1)****- Casal: Marido x Esposa**

- *entra directa a documentação: séries,*
- *subséries, documentos compostos e simples*

**Subsecção (2) – Marido Sub-Secções Fases de Vida**

- *entra directa a documentação: séries, subséries, documentos compostos e simples*
- *entra também a remissiva para algum*
- *SubSistema (familiar ou de outro tipo)*

**Subsecção (3) – Esposa Sub-Secções Fases de Vida**

- *entra directa a documentação: séries,*
- *subséries, documentos compostos e simples*
- *entra também a remissiva para algum*
- *SubSistema (familiar ou de outro tipo)*

**Subsecção (4) - Irmão(ã)/Cunhado(a) Sub-Secções Fases de Vida**

- *entra directa a documentação: séries, subséries, documentos compostos e simples*
- *entra também a remissiva para algum SubSistema (familiar ou de outro tipo)*

**Subsecção etc. Sub-Secções Fases de Vida**

- *entra directa a documentação: séries, subséries, documentos compostos e simples*
- *entra também a remissiva para algum SubSistema (familiar ou de outro tipo)*

**Secção - Geração y (apelidos em uso) etc.**

O esquema exposto pode sofrer alterações na ordenação hierárquica das Sub-Secções individuais (reservadas a cada pessoa da respectiva geração), de acordo com características modernas do agregado familiar, – por exemplo, uma família nuclear sem filhos começa e acaba numa única geração... –, mas a sequência



cronológica das idades dos vários filhos de um casal e, conseqüentemente, componentes activos de uma geração pode e deve manter-se. E, ao mesmo tempo, aplica-se, a cada pessoa, a divisão orgânica das fases de vida ou etapas psicossomáticas como Secções e contendo Sub-Secções orgânico-funcionais como veremos mais adiante.

**Módulos II e III – no caso vertente de aplicação o II é absorvido em parte pelo I e pelo III, o qual, por sua vez, se derrama de forma não sistemática, mas bastante completa, pelo texto:**

Torna-se, agora, possível enumerar os procedimentos técnicos que resultam da aplicação inter-relacionada dos quatro pólos, mas com destaque especial para os teórico, técnico e morfológico:

- 1º O modelo sistémico e interactivo aplica-se independentemente do volume de documentação encontrada e do local/entidade onde fique acondicionado e acessível à consulta pública.
- 2º No momento inicial do trabalho de estudo e disponibilização ao acesso público é obrigatória uma reportagem fotográfica completa do estado da documentação, partindo-se de imagens de conjunto (do mobiliário ou dos recipientes onde foram encontrados os documentos) até imagens de pormenor (para cada *dossier* e documentos individualizados).
- 3º A informação é um fenómeno materializável, em diferentes tipos de registo e de suporte material, sendo, por isso, inevitável encontrar uma tipologia documental diversificadíssima (manuscritos e impressos em papel desde livros a folhas volantes, números avulsos/recortes de jornais, mapas/cartas geográficas e geológicas, desenhos, gravuras, fotografias, postais, cassetes áudio e cassetes vídeo, filmes, etc.) que faz parte de um único e polifacetado sistema. A especificidade que cada suporte suscita, em nível da conservação, exige cuidados já padronizados como a limpeza, a higienização e a protecção em capilhas e pastas de cartão desacidificado, bem como a retirada de cordéis, capas plásticas e cliques.
- 4º O processo metodológico de observação e de análise permite colher dados de variada natureza temática (desde a genealógica à biográfica) que são essenciais para precisar os contornos sistémicos do modelo no que toca ao denominado **Quadro Orgânico-Funcional**, que, em caso algum, deve ser confundido com os habituais planos de *classificação orgânico-funcional*.

5º O **Quadro Orgânico-Funcional** é o primeiro produto/instrumento (ganha forma no pólo morfológico) a ser elaborado obrigatoriamente mesmo que, o SIF(a)P, em foco, possua uma ordenação física dos documentos e um ou mais instrumentos de pesquisa. Neste caso, a colocação física e descritiva da documentação faz-se de acordo com o dito quadro, mas respeitando-se a ordem dada aos documentos. Um exemplo: toda a documentação que tenha sido ordenada, em vida, de um membro de uma geração de determinada Família, será fisicamente mantida debaixo dessa geração ou desse membro e virtualmente, ou seja, por meio da descrição de cada documento simples, identifica-se a informação que foi produzida noutros tempos e noutras anteriores/posteriores gerações, sem se alterar minimamente a reunião física existente à data do início do estudo/trabalho arquivístico.

6º Em paralelo ao **Quadro Orgânico-Funcional**, deve proceder-se, no plano descritivo feito através de FRD's<sup>43</sup>, à fixação de elementos essenciais para a recuperação da informação em diferentes graus (desde o genérico ao específico). E, nesta dimensão, vital para que se concretize um acesso cada vez mais próximo dos múltiplos interesses e das necessidades de potenciais utilizadores, não há uma única receita, ao contrário do que tradicionalmente ficou estabelecido, ditando-se o inventário como o produto arquivístico por excelência: **a descrição pode oscilar dentro do mesmo SIF(a)P do inventário analítico (correspondente a um segundo nível de análise proposto por Fernanda Ribeiro<sup>44</sup>) aos catálogos exaustivos<sup>45</sup> de documentos simples de séries extensas, como a correspondência,**

<sup>43</sup> Folhas de recolha de dados concebidas e organizadas tendo em vista a digitação da informação fixada em campos hierarquizados e inspirados nas ISAD-G de uma adequada Base de Dados informática.

<sup>44</sup> Cf. RIBEIRO, Fernanda - *Op. cit.*, vol. 2, p. 656.

<sup>45</sup> Não há uma grelha rígida, mas também é verdade que as variações são pequenas. Um exemplo que consideramos muito válido: *partindo desta realidade os documentos foram ordenados por gerações dentro de cada uma delas foram reunidos pelo produtor/destinatário da documentação, criando-se assim uma secção para cada elemento da família, dentro das secções, a documentação foi ordenada cronologicamente. // Do catálogo elaborado constam os seguintes elementos: - data; - tipologia documental; - autor; - destinatário; - assunto; - dados externos (páginas, medidas, material suporte, estado de conservação); - nº de documentos (em virtude de alguns documentos coexistirem fisicamente numa mesma unidade de instalação, como é o caso dos códices, no sumário remetemos o documento para o número do código e dentro deste para as respectivas folhas). // Elaborámos também um índice onomástico que remete para o número do sumário do documento. A entrada principal uniforme para os nomes de pessoas é feita pelo último apelido, seguido do(s) restante(s) nome(s).* (Cf. CASTRO, Maria João Padez de - Catálogo do Arquivo do Morgado dos Garridos. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 21-22 (2001-2002) p. 445).



- e por diversos índices (antroponímico, geográfico, cronológico e ideográfico<sup>46</sup>), complementados por *thesauri* ou listas de termos de ---**
- 7º O preenchimento rigoroso das FRD's não abrange a informação bibliográfica que pode e deve ser catalogada através das ferramentas em uso, nomeadamente a PORBASE em formato Unimarc e de acordo com as normas internacionais (ISBD). Mas o facto de se empregar, no plano da descrição, dispositivos normativos diferentes, não contraria a seguinte ideia basilar: os livros, opúsculos, folhetos, folhas volantes, prospectos e cartazes não formam, à luz da teoria sistémica e no âmbito do modelo sistémico e interactivo, uma colecção à parte, primeiro, porque a noção de colecção sai definitivamente do vocabulário técnico da C. I. por ser, em rigor, sinónimo de fundo ou acervo orgânico como já atrás referimos, e, segundo, porque um sistema de informação abarca este fenómeno, nas suas diversas manifestações temáticas, de registo tecnológico e de suporte material, não fazendo sentido nenhum separar ou agrupar, em unidades "sistémicas" distintas, a correspondência e outras séries documentais de sucessivas gerações e os livros adquiridos e lidos por essas mesmas gerações. Se toda essa informação foi produzida, adquirida e usada pela entidade Família tem de integrar forçosamente o Sistema de Informação Familiar X. Isto parece-nos de uma evidência flagrante.
- 8º É, pois, óbvia a unificação teórica e sistémica de toda a informação, mas, na prática descritiva, como podemos sinalizar a presença e tornar acessível a "biblioteca" familiar? Como colecção à parte? Ou como parte integrante do SIF(a)P? Obviamente como parte integrante, mas como? Como Secção? Repartindo, fisicamente, os impressos pelas Subsecções a que se reportam organicamente? Há livros, opúsculos e demais impressos que possuem ex-libris ou identificação do comprador/possuidor e, nestes casos, é possível, em nível catalográfico, anotar a relação e remeter listagem (autor-título) no local certo do **Quadro orgânico-funcional**. Os não identificáveis, agora, podê-lo-ão ser um dia mais ou menos próximo, pelo que se deve deixar em aberto este *upgrade* interactivo. E, de forma prática, o mais razoável, numa maioria considerável de casos, é aceitar e manter a designação comum de Biblioteca tratada, em nível de catálogo, como tem de ser e referida, no fim da apresentação hierarquizada do SIF(a)P, através de *link* possível em hipertexto/multimédia ou cd-rom.

<sup>46</sup> Cf. RIBEIRO, Fernanda – *Op. cit.*, vol. 2, p. 657.

- 9º Os documentos são, aparentemente, estáticos e podem ser ordenados em pastas, acondicionados em estantes fixas (corridas ou compactas) e isolados em salas-depósito, protegidos de calamidades várias (inundações, humidade, ataques de bibliófagos, etc.), mas a informação neles contida é, por essência, viva e dinâmica, aspecto importante que o modelo sistémico e interactivo visa atender e realçar. É preciso ter sempre presente que os documentos guardam-se e preservam-se para que a informação seja recuperada, em qualquer momento e por qualquer ser humano, e usada/transformada pelo(s) utilizadores de acordo com os seus interesses e necessidades contextuais. Adequar cada vez melhor os instrumentos e os pontos de acesso informacionais aos quesitos formulados por quem busca informação é o desafio complexo que se coloca hoje graças às facilidades e potencialidades despertadas pelas novas TIC (tecnologias de informação e comunicação). E a interactividade incide, precisamente, sobre este potencial cruzamento da oferta e da procura, podendo e devendo aquela aproximar-se, sucessiva e constantemente, de níveis mais profundos e exigentes desta.
- 10º A microfilmagem e a digitalização da informação de um SIF(a)P assentam em quesitos de ordem tecnológica e em medidas rigorosas de protecção do suporte papel que estão já devidamente tipificadas e difundidas. Remetemos, por isso, para a literatura respectiva, no que toca ao aspecto essencialmente tecnológico e preservacionista, não cabendo, aqui, a discussão dilemática do que deve ser feito – microfilmar ou digitalizar, prevalecendo ainda a opinião baseada em pareceres técnico-científicos de que o microfilme dura em boas condições 500 anos e o digital é óptimo para o acesso, mas muito mais vulnerável e perecível. Do ponto de vista prático e da gestão financeira das entidades produtoras/receptoras e detentoras (Bibliotecas e Arquivos Públicos), a escolha, de suportes e de matriz privilegiada de acesso, resolve-se tendo em conta vectores como a relação custo-benefício e investimento financeiro, claro em objectivos estratégicos.
- 11º A preocupação jurídica de classificar um SIF(a)P, como público ou privado, inscreve-se na esfera político-administrativa em que se normaliza e regula o acesso. Esta postura funda-se num pragmatismo inquestionável, mas é independente da esfera científica, facto que até agora tem sido pouco relevado pelos arquivistas, carentes de uma armadura teórico-metodológica consistente e permeáveis, por conseguinte, a modos de ver e de fazer de



disciplinas diversas. Não surpreende, por isso, a obsessão arquivística pela conceptualização jurídico-administrativa e a primazia dada ao “loby” da História<sup>47</sup> em termos de acesso. O que propomos, face a este problema, é a distinção de planos: a salvaguarda, a incorporação e a definição de prazos de abertura a público são tópicos definidos numa esfera eminentemente política e jurídico-administrativa que adquire especial pertinência para quem dirige ou exerce funções técnico-científicas em Serviços de Arquivo ou de Biblioteca (instituições culturais), enquanto a esfera científica atende exclusivamente a duas vertentes ligadas ao fenómeno em estudo (e às suas propriedades) – a organicidade (estrutura e contextos originários) e a funcionalidade (instrumentos e pontos de acesso ao conteúdo e o uso deste, ou seja, o comportamento informacional)

Estes procedimentos não esgotam o leque de actos técnicos, exigível pelo estudo e pela disponibilização interactiva de um SIF(a)P, mas constituem a base operativa mais conforme com o paradigma científico e pós-custodial que perfilhamos.

#### **Módulo IV – corresponde a um indispensável exercício de auto-avaliação crítica e construtiva do Modelo**

Há no texto que temos estado a incluir<sup>48</sup> uma aproximação genérica ao que se pretende com este Módulo:

São consequências directas e compreensíveis, mas admitimos que elas não podem contornar ou fugir à objecção frequentemente repetida: a aplicação do modelo sistémico e interactivo exige um dispêndio de tempo e o emprego de recursos humanos inexistentes e, se calhar, desproporcionais para o resultado que se obtém através do modelo “empírico-documental”, concebido e subscrito pelos arquivistas, ao longo, sobretudo, da segunda metade do séc. XX. Baseado

<sup>47</sup> Um “loby” que há muito se acha auto-suficiente no plano arquivístico, entendido este como uma extensão metodológica. Ver, por exemplo, RASPIN, Angela - Private papers. In SELDON, Anthony (ed) – *Contemporary history: practice and method*. Oxford, UK: Basil Blackwell Inc, 1988, p. 89-100.

<sup>48</sup> SILVA, Armando Malheiro da - Abordagem aos arquivos familiares e pessoais como sistemas de informação. *art. cit.*, p. 43-44.; e Idem - Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo. *art. cit.*, p. 83-84.

<sup>49</sup> Numa versão aplicada, em ARQUIVO DISTRITAL DE VILA REAL/ARQUIVOS NACIONAIS-TORRE DO TOMBO - *Arquivo do Paço de Cidadelhe*. Vila Real/Mesão Frio: Arquivo Distrital/Câmara Municipal,

num plano de classificação que pode ser simples<sup>49</sup> ou num “arranjo” mais versátil, mas de uma ligeireza teórica capaz de chocar os arquivistas mais “puristas”, ensaiado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas – o CPDOC –, que não contempla os campos da ISAD(G) secção e sub-secção e reúne os documentos por séries: *documentos pessoais, correspondência, produção intelectual, documentação diversa, recortes de jornais* e ainda a chamada *documentação complementar* (anexa ao arquivo e que engloba documentos produzidos após ou referentes à morte do titular, como por exemplo telegramas de condolências, despesas de funerais, missas, etc.<sup>50</sup>). Esta modelização prática e simplista ajusta-se bem à digitalização em massa, com um enfoque centrado nas peças do *puzzle*, esquecendo este como conjunto orgânico.

Já mostrámos atrás que, tratar e disponibilizar correctamente informação, não se compadece com expedientes simplistas e com rotinas acrílicas de descrição/sumariação de documentos. Estas podem ser feitas por um pessoal técnico de formação profissional média ou por licenciados em História ou em qualquer outra área científica, com qualidades pessoais exigíveis (método, disciplina mental, sentido prático de ordenação coerente, etc.) e com bom senso, o que lhes permite aprender, por eles próprios ou com tutores experimentados, regras simples de catalogação e princípios intuitivos de classificação. Mas, temos de reconhecer que o trabalho obtido em tais condições formativas é incomum e não contribui para o desenvolvimento e a consolidação de um efectivo campo científico sobre informação, documentação e comunicação. Para quem esteja mais habituado a um exercício arquivístico demasiadamente prático é natural que considere ainda a exemplificação exposta como teórica ou algo vaga... Esta sensação tem algum cabimento, porque o texto usado é de cariz teórico e programático, não sendo, por isso, um produto puro de aplicação prática. Produtos, sem dúvida, indispensáveis e o caso do Arquivo da Fundação da Casa de Mateus pode já, felizmente, ser apre-

---

1996, p. 24-25 (inventário elaborado por Manuel Silva Gonçalves, Paulo Guimarães e Pedro de Abreu Peixoto), os Documentos Individuais surgem como Secção ligados ao nome de uma pessoa, subdividida nas Sub-Secções – *Documentos pessoais, Documentos de função pública e Documentos de função privada* –, mas no manual *Arquivos de família*, ob. cit., p. 52-53, os *Documentos pessoais, de função pública e privada* descem já ao nível de série.

<sup>50</sup> Cf. MEDEIROS, Ana Lígia Silva; COSTA, Célia Maria Leite; LOBO, Lúcia Lahmeyer – *Procedimentos técnicos em arquivos privados*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1986 (dactiloscrito), p. inum.





sentado como um exemplo concreto a ser analisado, comparado e, se “convencer”, ser seguido, testado. Basta-nos, por isso, remeter directamente para o volume 1 do Catálogo do Arquivo (2005)<sup>51</sup>.

## 5. Esclarecimento final...

O objectivo desta comunicação ficou claramente expresso no início, mas chegados ao final não temos a percepção clara e certa de que tenha sido atingido, porque cada leitor individualmente e a interacção de diferentes leituras no espaço e no tempo é que proporcionam o correcto *feed-back* de que o autor, sem dúvida, precisa, mas dificilmente alcança. Seja como for, claro e certo é que nenhum leitor pode sair destas páginas com um receituário “pronto a aplicar” na cabeça. O que lhe é proposto exige reflexão, (re)construção, aprofundamento continuado e revisibilidade. Quesitos inerentes à trajetória científica.

---

<sup>51</sup> Para um conhecimento mais directo e palpável deste Projecto (executado por uma Equipa de arquivistas competentes e dedicados destaco o nome das que, neste momento, ainda desenvolvem trabalhos conclusivos, a saber: Dr<sup>a</sup> Fernanda Gonçalves e Dr<sup>a</sup> Cristina Rodrigues) pode ser contactado o Administrador Delegado da Fundação, Eng<sup>o</sup> Fernando de Albuquerque (Fundação da Casa de Mateus, Vila Real).

